

Março 2014

#008

Boletim eletrônico das Bibliotecas da EBP

Maria Josefina Fuentes (Diretora Secretária da EBP)

Tânia Abreu (Coordenadora da Comissão de Bibliotecas da EBP)



Entrevista a Maria do Carmo Dias Batista

Atual Editora da Revista Correio da EBP

Por Mirta Zbrun

Mirta Zbrun: Lacan, no “Ato de fundação” de sua Escola, aborda a questão da psicanálise didática e diz que “Os problemas urgentes a serem formulados sobre todas as questões da didática encontrarão aqui meios de ter seu caminho aberto por um confronto contínuo entre pessoas que tenham a experiência didática e candidatos em formação”¹. A partir desta afirmação lhe pergunto como você poderia relacionar na clínica atual e no Campo Freudiano, que é o nosso, supervisão e formação analítica?

Maria do Carmo: A supervisão relaciona-se diretamente à formação analítica através da transmissão de um saber, referida por Lacan de forma original no “Ato de fundação”: transmitir como um confronto contínuo. À diferença de uma transmissão vertical do saber do que sabe ao que não sabe que sabe, Lacan propõe um confronto contínuo entre graus diferentes de experiência. Confronto contínuo implica em negação, tensão, pulsão, dialética e constância. Implica, finalmente, na falha, em atingir o saber. Muito diferente do conforto apaziguador que se poderia buscar em uma supervisão frente à angústia da clínica. Confronto contínuo é também a ação contundente da supervisão sobre o desejo do analista, principalmente na medida em que o supervisionando atravessa, em sua própria análise, os véus da fantasia. Quanto mais se desembaraça desses véus, mais livre está para conduzir uma análise ao encontro da verdade “mentirosa”, da fala logicizada, do furo, do traumatismo, da diferença, do impossível, do sintoma, da escrita, da letra e do real. O analista em formação em confronto contínuo pela supervisão cessa de fazer concessões ao Outro, pelo menos em sua clínica.

1 LACAN, J. “Ato de fundação”. In *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 236.

Mirta Zbrun: Como ditora da *Correio 73* sobre “Supervisão”, a que novas contribuições e conclusões você pôde chegar em relação ao enlaçamento sempre necessário na formação analítica entre análise, episteme e supervisão?

Maria do Carmo: O passe me parece a melhor maneira de responder a essa questão. No número 73 da revista *Correio* há o texto “Supervisão em análise... e depois” de Ram Mandil, AE em exercício da EBP/AMP, sobre a função da supervisão durante sua análise. Supervisão procurada por ele como *tychê* (não como *automaton*) quando surgia a angústia de que um paciente pudesse passar ao ato. Diz ele: “Esta *tychê* tomava a forma de uma urgência e minhas demandas de supervisão eram, no mais das vezes, pelo que eu calculava pudesse ser a iminência de uma passagem ao ato por parte do paciente. Em retrospectiva, posso dizer que se tratava de uma demanda de supervisão orientada pela fantasia, pela qual minha angústia estava emoldurada [...]”²

O analista em formação buscar uma supervisão motivado pelo binômio angústia-urgência é das coisas mais frequentes na clínica, senão a mais frequente. O singular está na articulação feita por Ram Mandil de que essa demanda é orientada pela fantasia. É um ensinamento, uma episteme, um saber que pode se depositar na Escola e fazer parte de sua transmissão. Aqui estão enlaçados análise, episteme e supervisão.

Na conclusão de sua análise³ houve uma contingência que incluiu a supervisão. “Uma urgência se instalara a partir do que parecia ser um impasse diante do feminino, e dos destinos que eu poderia dar diante do que se apresentava sob a forma de uma falta, de uma divisão ou de uma demanda desmesurada, o que produziu uma resposta do real em meu corpo. A serenidade e o acolhimento do supervisor permitiram a localização das questões que, a bem dizer, não estavam muito distantes daquelas com as quais eu busquei a supervisão [...]”.

Ler esse texto na *Correio 73* é uma experiência imperdível!

Mirta Zbrun: Se o analista, segundo a fórmula lacaniana, “se autoriza de si mesmo e de alguns outros”, em que medida a supervisão está presente nessa autorização?

Maria do Carmo: A pergunta suscita três questões iniciais: a supervisão pode autorizar a prática da psicanálise? É possível praticar a psicanálise sem ter feito (ou estar fazendo) uma análise? Pode-se praticar a psicanálise sem ter participado de uma formação regular? A resposta mais imediata às três questões seria negativa. Não. Não pode. Porém, a princípio, são situações imaginariamente “ratificadas” pelo aforismo de Lacan “o analista se autoriza de si mesmo e de alguns outros”. A primeira frase, o analista se autoriza de si mesmo, desencadeia o imaginário e a segunda, e de alguns outros, o refreia, pois aqui entram o analista, o supervisor, a Escola e seus mecanismos de garantia. Escreve Romildo do Rêgo Barros⁴, em seu texto “Sobre a supervisão” na revista *Correio 73*: “A partir da constatação de que a supervisão tem dupla história, uma ligada às vicissitudes do processo que leva um analista a autorizar sua prática, e outra que conta como a instituição assumiu para si a tarefa de disciplinar a supervisão, pode-se emitir, parece-me, uma primeira hipótese: a supervisão tanto representa um momento preciso da história analítica de um analista, quanto, não se pode negar, tem tido uma relação com alguma forma de garantia”. Aí está, alguma garantia, o supervisando espera da supervisão, a qual, certamente, incide no “se autoriza de si mesmo e de alguns outros”.

Mirta Zbrun: Finalmente, que pontos você privilegiaria para distinguir a supervisão do ensino e da transmissão, se considerarmos que na supervisão o analista, do mesmo modo que no ensino, está como sujeito, pois ele se “re-subjetiva”, saindo do lugar de objeto?

Maria do Carmo: Uma afirmação de Éric Laurent⁵, em seu texto “O bom uso da supervisão”, publicado na *Correio 73*, parece talhada para começar a responder à pergunta: “[...] a fantasia do

2 MANDIL, R. “Supervisão em análise e... depois”. In: *Correio, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, n. 73, novembro/2013, p. 37.

3 *Idem*, p. 38.

4 BARROS, R. R., “Sobre a supervisão”. In: *Correio, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, n. 73, novembro/2013, p. 74.

5 LAURENT, E., “O bom uso da supervisão”. In: *Correio, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, n. 73, novembro/2013, p. 25.

supervisor, daquele que seria o único a poder ouvir a dimensão em jogo na supervisão, é a fantasia de um saber do qual um sujeito seria mestre. É sempre por aí que surge o narcisismo que reveste o pequeno a. O narcisismo do supervisor seria a revanche por ter que ocupar o lugar do pequeno a na experiência analítica”. Destaquemos, então, alguns pontos que podem diferenciar a supervisão do ensino e da transmissão:

O narcisismo, embora exista também no ensino, mostra melhor suas entranhas na supervisão, ou seja, o deslocamento da posição do supervisor de objeto – que deveria sustentar como semblante na experiência analítica – para a de sujeito. A recuperação da subjetividade, quando implica no aparecimento da maestria, expõe uma desnarcização insuficiente e, pode-se inferir, uma fixação na posição de objeto que, neste caso, não seria apenas semblante.

O eixo do olhar (Imaginário). Na supervisão pode reaparecer a intersubjetividade, marcada pela recondução do eixo do olhar (a – a') à sua força pulsional, até nos encontros esporádicos que a caracterizam, onde é imprescindível que o supervisor rateie, falhe na sustentação do eixo, faça-o como semblante, para evitar se dar a ver como objeto para o supervisando. O que poderia causar uma transferência analítica, coisa não pouco frequente.

A escuta (Simbólico). Lacan⁶, em 1975, nas Conferências e Entrevistas nas Universidades Norteamericanas, observa: “Não sei porque chamaram isso de supervisão. É uma superaudição. Quero dizer que é muito surpreendente que se possa, ao ouvir o que lhes contou um praticante, é surpreendente que, através do que ele lhes diz, se possa ter uma representação daquele que está em análise [...]. É uma nova dimensão”. A dimensão do ato analítico, poderíamos dizer. Antonio Di Ciaccia⁷, em uma supervisão com Lacan, relata o caso de uma jovem que não se decidia pelo divã ou pela poltrona, trocando de lugar com frequência durante uma mesma sessão. Lacan se mantém em silêncio completo, em superaudição, todo o tempo. Já se levantando de sua poltrona, diz Lacan: “La ragazza è psicotica”. E indica a porta de seu gabinete: a superaudição havia terminado.

Os efeitos (Real). Lacan reconhece que há um real em jogo na experiência da supervisão, como aponta Éric Laurent⁸ no texto publicado na *Correio 73*, “[...] Ele (Lacan) não o toma (o real) por um adquirido evidente, mas o constata como surpreendente. [...] Para ser contemporânea, a supervisão deve ter integrado a aporia do ato analítico. Esse é o ponto a que Lacan visava em seu “Discurso à E.F.P.”: “Isso é diferente de supervisionar um ‘caso’: um sujeito [...] ultrapassado por seu ato, o que não é nada, mas que, quando ultrapassa seu ato, cria a incapacidade que vemos cobrir de flores o canteiro dos psicanalistas”.

Os efeitos da supervisão, ao entrelaçar real e ato, colocam em evidência a incompletude, a falha do supervisor, transmitindo algo de um saber-fazer, de um desejo e dessa própria falha. Possibilita, assim, que a dimensão do desejo do analista seja preservada de um lado e, pouco a pouco, construída do outro. O que não se faz sem a experiência analítica.



Maria do Carmo Dias Batista
09/12/2013

6 LACAN, J., “Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines”. In: *Scilicet 6/7*. Paris: Seuil, 1976, p. 42. APUD, LAURENT, E. Op. Cit., p. 25.

7 CIACCIA, A.D., “La ragazza è psicotica”. In: *La Psicoanalisi – Studi Internazionale del Campo Freudiano*. Roma: Astrolabio, n. 4, ottobre, 1988, p. 161.

8 LAURENT, E. Op. Cit., p. 25.